A reeleição de Lula ameaçada pela invasão cibernética dos EUA

Jeferson Miola

17/08/2026

Sem nenhum apego pela soberania nacional, o ministro da Defesa Múcio Monteiro disse que “se os Estados Unidos quiserem invadir o Brasil, temos que abrir o portão” – o que significa facilitar a invasão do país sem apor nenhuma resistência ao invasor.

A infeliz declaração deste ministro que é a pessoa errada, na hora errada, para o cargo errado, é ainda mais preocupante porque é pronunciada no contexto da **guerra Trump-bolsonarista contra a reeleição do presidente Lula** e, sendo ele, Múcio, quem exerce a direção superior das Forças Armadas e é o titular do “órgão incumbido de coordenar o esforço integrado de defesa, visando contribuir para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira” [**competências do Ministério da Defesa, Lei 14.600/2023**].

Os EUA contam com a colaboração interna da extrema-direita entreguista nesta ofensiva contra o Brasil, que é travada em duas dimensões interligadas.

A primeira dimensão, visível e declarada, se materializa nos ataques à soberania, à economia, ao judiciário e ao Presidente da República. O arsenal são as medidas como tarifaço, sanções, classificação de facções criminosas como terroristas e retirada de visto da embaixadora em Washington.

A segunda dimensão, articulada com a anterior, é operada de modo oculto, clandestino, por *big techs* sediadas nos Estados Unidos que usam inteligência artificial, *deepfakes*, disseminação de desinformação e mentiras nas plataformas digitais.

Processo bidimensional análogo, que combina ações visíveis e operações clandestinas está em curso em Cuba. Por um lado, o governo Trump impõe restrições mortais de combustível à Ilha, e em paralelo a CIA atua com uma força-tarefa secreta para desestabilizar e mudar o regime.

Indícios evidenciam que o **ataque ao Brasil segue o padrão de interferência externa observada nas eleições na Colômbia, Honduras e Peru**.

A corrida migratória de mais de 50 mil marroquinos em Ceuta, impulsionada pela notícia falsa disseminada nas plataformas digitais de que a fronteira entre Marrocos e o enclave espanhol estaria liberada, reacendeu o alerta sobre o papel das redes sociais em golpes, crises, conflitos, desestabilização e destruição da democracia nos países alvos de ataques cibernéticos.

A esse respeito, a cientista política estadunidense Barbara F. Walter descreve no livro ***Como as guerras civis começam e como impedí-las*** que, "à medida que as informações falsas [propagadas via redes sociais] penetravam nos países e atraíam cada vez mais atenção, um padrão muito claro emergiu: as facções étnicas cresceram, as divisões sociais se aprofundaram, o ressentimento contra imigrantes se agravou, populistas truculentos foram eleitos e a violência começou a aumentar".

A autora entende que as redes funcionam como "veículo que leva ao poder *outsiders* com impulsos autocráticos surfando uma onda de apoio popular".

O Brasil ante a invasão dos EUA

A resposta do governo brasileiro à primeira dimensão da guerra Trump-bolsonarista contra a reeleição do presidente Lula foi internacionalmente elogiada, sendo destacada a altivez no enfrentamento do tarifaço. Nos últimos dias, a reação soberana do Brasil avançou com o início do processo de reciprocidade à guerra tarifária.

O mesmo, no entanto, não se pode afirmar a respeito dos bombardeios cibernéticos que deformam a opinião pública e que criam uma realidade distópica com desinformação, mentiras, notícias falsas, destruição de reputações e ataques ao sistema eleitoral.

As pesquisas eleitorais podem servir de termômetro para a aferição dos efeitos da distopia criada a partir do ambiente digital.

Chama atenção o congelamento das intenções de votos expressos nas pesquisas, que captam um cenário de empate congelado, com Lula estacionário num teto eleitoral baixo, apesar das realizações do governo; e Flávio Bolsonaro sustentando um estranho padrão de resiliência, a despeito do que se conhece da família de gângsteres e os recentes escândalos de corrupção.

Em outros tempos, de realidades nem tão distópicas, um personagem enlameado como Flávio Bolsonaro provavelmente teria como única opção renunciar à candidatura.

A polarização em si e o antipetismo fomentado odiosamente pela mídia hegemônica há pelo menos 20 anos não explicam o fenômeno. Além disso, é improvável a existência de uma fraude orquestrada dos institutos de pesquisa, porque os levantamentos das campanhas também detectam essa fotografia.

Até mesmo quando caíram as intenções de voto do Flávio devido aos 61 milhões recebidos de Daniel Vorcaro não houve deslocamento de eleitores para Lula ou para os demais candidatos de direita e ultradireita. Existirá alguma engrenagem poderosa, que opera para destruir a imagem de Lula e preservar a do filho do Bolsonaro?

É de se suspeitar, portanto, de algo mais sério e profundo, como a manipulação da opinião pública através das plataformas digitais, no contexto de uma guerra cibernética coordenada desde o estrangeiro.

A guerra cibernética para impedir a reeleição do Lula

Na estratégia de intervencionismo e desestabilização regional, Trump articula organicamente seus aliados no hemisfério latinoamericano.

Peter Thiel, dono da *Palantir Technologies*, empresa especializada em *big data* e inteligência artificial que trabalha para agências de defesa, forças de segurança e grandes corporações norte-americanas no mundo,

passou a viver em Buenos Aires, a sede do “vice-reinado” da potência imperial na América do Sul.

“Com certeza ele [Thiel] não se instalou na Argentina para comer *parrilla* [churrasco]”, afirmou o professor e cientista político José Luís Fiori.

Reynaldo Aragon, jornalista especializado em geopolítica da informação e da tecnologia alerta que, com o biombo do combate extraterritorial a facções criminosas transnacionais, “a Casa Branca instituiu um programa para autorizar empresas privadas norte-americanas a executarem operações cibernéticas sob direção e controle [de Washington], com operações clandestinas de vigilância e operações capazes de produzir efeitos concretos sobre sistemas, redes e infraestruturas” dos países-alvo.

Ele explica que “as chamadas Cyber Effects Operations podem manipular, interromper, negar acesso, degradar ou destruir sistemas de informação, redes e infraestrutura física ou virtual controlada digitalmente”.

Trata-se, efetivamente, de um complexo arsenal de guerra cibernética que confronta o Brasil com uma debilidade estrutural. Nosso país não dispõe de uma institucionalidade civil, com comando e inteligência civil de defesa cibernética. Essa área sensível e estratégica é praticamente toda controlada pelas Forças Armadas, sobretudo o Exército.

Os militares e a invasão cibernética do Brasil

A defesa cibernética do Brasil está sob a responsabilidade fundamental dos militares através do Comando de Defesa Cibernética [ComDCiber], implantado em outubro de 2014, que atribuiu ao Exército a coordenação do sistema de defesa cibernética nacional que integra a Marinha e a Aeronáutica.

Mesmo as instituições civis com atuação na área e vinculadas à Presidência da República são dirigidas por militares, como é o caso [1] do Gabinete de Segurança Institucional [GSI], órgão colonizado por militares que durante o período Bolsonaro teve um papel central na trama golpista, e é responsável pela coordenação de cibersegurança do Estado; e [2] o Comitê Nacional de Cibersegurança [CNCiber], colegiado integrado por órgãos governamentais e representantes da sociedade civil, porém presidido pelo até hoje militarizado GSI.

Quando se despediu da chefia da Comunicação do Exército, cargo que ocupou durante toda a gestão do general-conspirador Villas Bôas para assumir a função de porta-voz do Bolsonaro, o general Rêgo Barros discursou orgulhoso que “**o Exército Brasileiro mergulhou de cabeça no ‘submundo’ das mídias sociais, e se tornou o órgão público com maior influência no mundo digital no Brasil**”.

A responsabilidade pela defesa da soberania popular e da democracia brasileira contra a intervenção estrangeira está ao encargo sobretudo daquele setor que promoveu a trama golpista.

A ameaça é concreta, com traidores do Brasil se aliando à potência agressora para tentar promover, mais uma vez, um golpe na democracia para se apoderarem das riquezas do povo brasileiro e colocarem o País de joelhos perante Trump.

A reeleição do presidente Lula está ameaçada pela invasão cibernética dos EUA. Estamos diante do monumental e urgente desafio de defender a soberania nacional e popular desde a perspectiva civil e democrática.

***Jeferson Miola** é analista político.*
Originalmente publicado em seu blog.

Compartilhe nas redes: